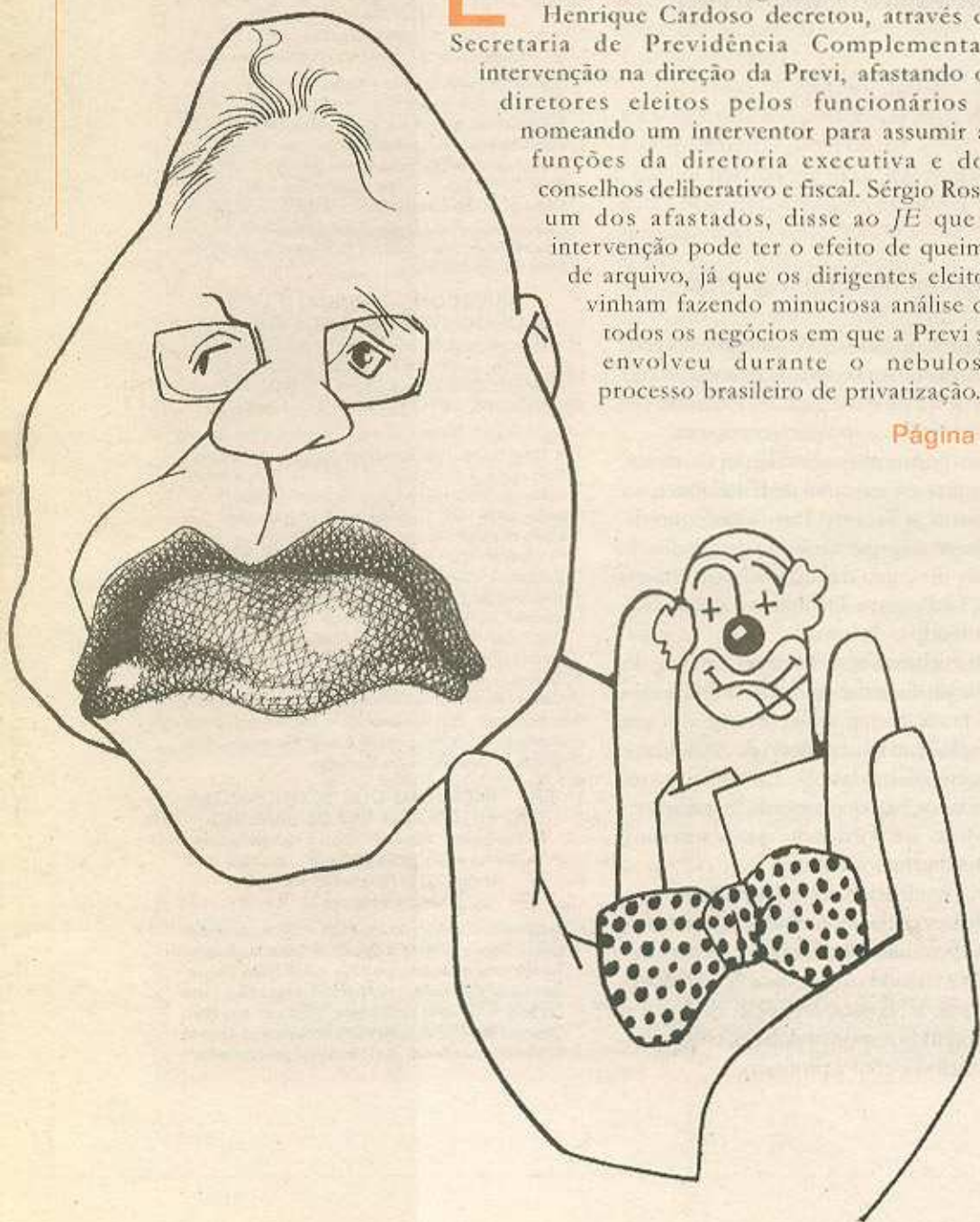


# GOVERNO TENTA CALAR A PREVI

**E**m medida que faz lembrar os tempos da ditadura militar, o governo de Fernando Henrique Cardoso decretou, através da Secretaria de Previdência Complementar, intervenção na direção da Previ, afastando os diretores eleitos pelos funcionários e nomeando um interventor para assumir as funções da diretoria executiva e dos conselhos deliberativo e fiscal. Sérgio Rosa, um dos afastados, disse ao *JE* que a intervenção pode ter o efeito de queima de arquivo, já que os dirigentes eleitos vinham fazendo minuciosa análise de todos os negócios em que a Previ se envolveu durante o nebuloso processo brasileiro de privatização.

Página 8



## Saídas para a crise econômica

Em debate realizado no Corecon, os economistas Reinaldo Gonçalves e Ronaldo Rangel discutiram com Enrico Boglio, da Federação Metal Metalúrgica da Itália, as origens da atual crise econômica mundial, seus reflexos sobre os países e as alternativas de saída: uma nova safra de avanços tecnológicos, a guerra ou a criação de um mercado de consumo social.

Página

4

## A fraude na urna eletrônica

Instalados *softwares* honestos nas urnas e juntas apuradoras, seguramente o processo de votação estará protegido contra fraudes de origem externa. Mas basta um programa trapaceiro nas urnas ou nas juntas apuradoras, como um que inverta um voto a cada 40, em eleição majoritária, para que tal fraude interna fique imune ao desbaratamento. O alerta vem sendo feito pelo professor Pedro Antonio Dourado de Rezende, da UnB, ante o silêncio do TSE.

Página

13

## O crédito das estatísticas

A economista do IBGE e professora da UFF Carmem Aparecida Feijo escreveu para o *JE* artigo em que analisa a qualidade na produção de estatísticas, ou seja, a busca dos conceitos de reputação e credibilidade como referencial teórico. "A construção de um sistema nacional de estatística demanda instrumentos de coordenação da produção por diversas agências descentralizadas. Nossa proposta é considerar o sistema de contas nacionais, com a extensão das contas satélites, como a principal matriz de referência para o sistema nacional de estatísticas", defende a autora.

Página

11



EDITORIAL

# A FACE AUTORITÁRIA

O ato de intervenção do governo FHC na Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, mostrou, a poucos meses das eleições, uma face que o governo tem conseguido, com boa parcela de auxílio da mídia e do marketing, ocultar: a do autoritarismo, velho conhecido na história da sociedade brasileira.

A intervenção rompe com acordo firmado, em 1998, entre a Previ e o banco, que à época contou com a aprovação do próprio governo. A Previ amortizou, com seu superávit, uma dívida do banco com o fundo, de R\$ 5,7 bilhões, montante que levaria ao tombo o centenário BB caso fosse lançado em seu balanço, como exigia o TCU.

Em troca, a Previ conquistou paridade na gestão do fundo, sem voto de qualidade à patrocinadora. Com isso, reduzindo espaços para o seu envolvimento em negócios como os realizados nas privatizações, que permanecem sob suspeitas e denúncias até agora não esclarecidas. O ato do governo FHC destituiu diretores legitimamente eleitos pelos participantes da Previ, direito violentamente subtraído por um ato de força, sem qualquer diálogo.

O *JE* abre suas páginas nesta e nas próximas edições para a informação, a análise e as manifestações de leitores, atores e autores sobre a intervenção do governo na Previ. ■

## CORECON NAS FACULDADES

Ida aos estudantes e formandos triplicou número de registros

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro vem realizando palestras e iniciativas voltadas para os estudantes de economia, promovendo o relacionamento da instituição com os futuros profissionais e os recém formados.

Tais atividades partem do princípio de que tão ou mais importante do que o simples aumento do quadro de profissionais registrados, é a participação dos economistas na gestão do próprio Conselho, com propostas, críticas e sugestões no sentido de torná-lo mais apto e eficiente em sua atuação, enquanto órgão de defesa da sociedade, através de ações fiscalizadoras do exercício profissional, e aglutinador dos economistas.

Recentemente, representantes do Corecon-RJ estiveram participando de debates e palestras na UFRJ, UFF, Estácio de Sá e Universidade Católica de Petrópolis. Com o apoio dos coordenadores dos cursos, tais iniciativas abordam diver-

sos temas relacionados ao conhecimento econômico-financeiro e questões profissionais, como mercado de trabalho e o papel do Conselho perante a sociedade e ao próprio economista.

Nesses encontros, os estudantes são incentivados a tirar a Credencial de Estudante e, ao se formarem, o Registro Provisório, concedido mediante a apresentação da declaração de conclusão do curso da faculdade em que se formou. O Registro Definitivo é concedido após conferido o diploma.

Essas iniciativas resultaram no aumento do quadro de profissionais registrados no Conselho, que praticamente triplicou neste ano, em comparação com igual período de 2001. Entre as vantagens oferecidas pelo Conselho aos recém formados, há a que concede, gratuitamente, o registro aos formando que o solicitam, coletivamente, na formatura.

Com a credencial ou o registro provisório, os estudantes ou economistas recém formados têm a possibilidade de interagir com o Conselho, aproveitando os seus benefícios (convênios, cursos, biblioteca, aquisição de livros e etc) e assumindo responsabilidades, com o próprio Conselho e com a profissão. ■

### Erratas

Na edição passada, cometemos um lamentável erro: no título da página 11 "País economiza para pagar juros", a palavra economiza saiu grafada com "s" por absoluta falta de revisão final. Pedimos desculpas aos leitores pelo erro, provocado, sobretudo, pela correria do fechamento, o que explica, mas não justifica a falha.

Na página 16, da mesma edição, na matéria "Conselho promove cursos", o nome correto da professora do curso "Conhecendo as finanças públicas" é Renata Nascimento.

JORNAL DOS  
**economistas**

Órgão Oficial do  
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ  
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar, Paulo Sérgio Souto e Reinaldo Gonçalves • Edição: Corecon - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telefax: 2232-8178 - e-mail: coreconinst@altermix.com.br - homepage: http://www.economistas.com.br

• Editor: Nilo Sérgio Gomes • Caricaturista: Cássio Loredano • Projeto gráfico: André Lippmann, José Mira e Marcelo Paiva • Editoração eletrônica: André Lippmann • Fotolito e Impressão: Tipológica • Tiragem: 13.000 exemplares • Periodicidade: Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ**

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • Cep 20054-900  
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22  
E-mail: coreconrj@altermix.com.br  
Homepage: http://www.economistas.com.br

Presidente: Ronaldo Raemy Rangel • Vice-presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa • Conselheiros Efetivos: Ângela Maria Puppon Buzanovsky, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • Conselheiros Suplentes: Arthur Câmara Cardoso, Eduardo Carlos Scaletsky, José Antônio Lutterbach Soares, Júlio Diniz, Julio Flavio Miragaya, Luiz Mario Behnken, Mario Luiz Freitas, Mauro Osorio, Sandra Maria Carvalho de Souza.

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ**

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • Cep 20031-800  
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • E-mail: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascoutto da Rocha • Coordenador de Assuntos Institucionais: Paulo Passarinho • Diretores de assuntos institucionais: Ademar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behnken, Antônio Melki Jr. e Renato Luiz Mello de Oliveira • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de relações sindicais: Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibirigá Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadioli dos Santos, Paulo Gonzaga Mibieli de Carvalho e Marcelo Sereno • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz • Diretores de divulgação e finanças: Benni Faerman e Eduardo Carlos Scaletsky • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Viegas e Jorge de Oliveira Camargo.

**IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro  
RJ • Centro • Cep 20054-900 • Tel.: (21)2509-1077  
Telefax: 232 8178 ramal 22 • E-mail:  
ierj@altermix.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Enikson Teixeira Lima • Diretora Executiva: Cláudia Maria Moraes, José Eduardo Cassiolato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordero de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mibieli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espíndola Soniano de Souza Nunes, Silvio Renato Paes de Figueiredo.



IN MEMORIAN

Ângela Ganem\*

# UM PEQUENO TRIBUTO A RICARDO TOLIPAN

Publicamos a seguir o texto lido pela autora na missa de sétimo dia do falecimento do economista Ricardo Tolipan, em 8 de maio

**S**olicitaram-me para que aqui falasse algumas palavras em homenagem a Ricardo Tolipan. Tarefa árdua, pois como falar quando ainda estamos tão profundamente emocionados? Como falar em poucas palavras de alguém que nos parece tão especial, se só poetas conseguem falar com e sobre poetas?

Para driblar minhas emoções, vou ler meu pequeno tributo, meus rabiscos inacabados e emocionados, que nem de longe pretender esgotar ou surpreender o que possa ser dito ou declamado para Tolipan.

Como intelectual inquieto e crítico, Ricardo Tolipan estimulou no Brasil o resgate dos autores clássicos e assumiu uma postura irreverente e pessoal no debate sobre o que é a História do Pensamento Econômico, sublinhando suas inesgotáveis possibilidades como fonte propositora do saber.

Para estes dois movimentos teóricos, dispunha de três instrumentos preciosos com os quais ele brincava: a cultura, a imaginação e a ironia.

Tolipan era culto, irônico e livre.

Misturava nos seus textos, mas, sobretudo nas suas aulas, conferências e orientações, estes três ingredientes: liberdade de pensamento, conhecimento e um saber irônico contra a arrogância das verdades absolutas.

Difundiu a liberdade criativa junto aqueles que lhe souberem ouvir da forma mais pura e verdadeira. Repassou-lhes coragem para ousar... e pensar livremente.

## Catálogo de mônadas

Tolipan, durante toda a sua vida intelectual, lutou contra a idéia de tratar a História do Pensamento Humano como algo enciclopédico, câmara mortuária dos conteúdos do passado, ou como ele mesmo dizia, "um catálogo

de mônadas teóricas, sem vínculo orgânico com o conjunto de idéias que conformara a questão".

Não, HPE, para Tolipan, sempre foi um jogo vivo de saberes, um manancial fértil para novas hipóteses propositoras, campo inesgotável de investigação. Ou, nas suas belas palavras: "um registro dos momentos de imaginação que enfraquecem o dogma".

HPE nunca poderia ser, portanto, a celebração do gênio ou um processo cumulativo linear que nos levasse inexoravelmente para uma verdade absoluta.

HPE é combate de idéias, eminentemente plural e conflitivo. HPE é o espaço da controvérsia. HPE é o espaço da liberdade.

Mas o interessante e o surpreendente é que os três elementos - a liberdade, a ironia e a cultura - com os quais Tolipan estabeleceu seu particular jogo lúdico intelectual, não fizeram parte de uma postura intelectual arrogante ou de um visão pessimista ou cética das possibilidades da humanidade ou de nossas frágeis e belas humanidades.

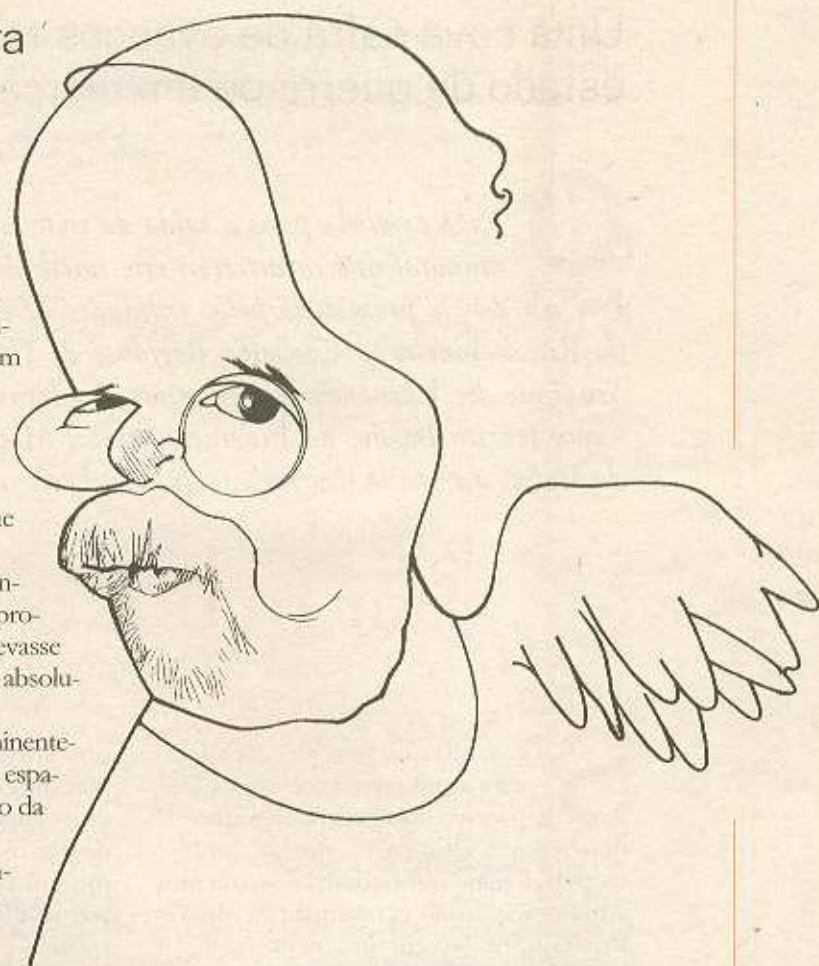
Ao contrário, servia-se de sua ironia inteligente para fazer graça, para nos fazer rir incessantemente de nossas bobagens atávicas ou até quando a dor fez parte de seu cotidiano.

Servia-se de sua cultura para ser profundamente humano, generoso e delicado.

Servia-se de sua liberdade para ser poético, lírico e musical.

Falando sobre *blues*, disse uma vez, numa entrevista brincalhona:

"*Blues* é uma música para se beber, o *blues* é um andar bêbado, o *blues* é o espaço da liberdade negra, o negro evoluiu com o *blues*. O



*blues* tem a ver com rios, líquidos, é o negro africano perdido, triste, azul...". E com isto foram três horas registradas de impressões inteligentes sobre o *blues* e a vida.

Mas, como sempre, nos surpreendendo, falou-nos na abertura sobre a inoportunidade de fazer teses quando o espaço é o de fazer poesia:

**"Eu não vou demonstrar nada porque, como disse Nietzsche, tese que precisa ser demonstrada não tem o menor interesse..."**

Tolipan, um beijo carinhoso de todos nós.

\* Professora de Economia da UFF



DEBATE

# AS SAÍDAS PARA A CRISE MUNDIAL

Uma nova safra de avanços tecnológicos, o estado de guerra ou um mercado de consumo social?

**Q**ual o caminho para a saída da crise econômica mundial que caracteriza este início de século? Em um debate promovido pelas entidades de economia do Rio de Janeiro – Conselho Regional de Economia, Sindicato dos Economistas e Instituto dos Economistas – com Enrico Boglio, da Federação Metal Metalúrgica da Itália, a respeito das origens da atual crise econômica mundial e de suas possíveis saídas, foram apontados alguns caminhos: a retomada de um novo ciclo de expansão tecnológica, o estado de guerra ou a busca de um mercado de consumo social. O que se segue é um resumo editado do que foi abordado por Boglio e pelos economistas Reinaldo Gonçalves e Ronaldo Rangel, participantes do debate.

## Por que a crise não veio antes?

Enrico Boglio\*

**S**ustento que para se entender esta atual crise econômica é preciso compreender o que ocorreu nos últimos 10 anos, quando os países mais industrializados tiveram a maior expansão econômica desde o Pós-Guerra. No entanto, cabe perguntar: por que, nos três anos de crescimento, não houve a clássica crise e prosseguiu-se crescendo por quase toda a década? O ciclo de desenvolvimento que a gente viveu é extremamente particular e diferente dos antecedentes. Normalmente, depois de três, quatro anos de crescimento econômico nos países desenvolvidos, se inicia um processo de inflação determinado por dois fatores: o pleno emprego, que leva ao aumento do custo da mão-de-obra, e a alta do preço da matéria prima, devido ao aumento da demanda. Nenhum dos dois aconteceu na última década. Há uma particularidade no crescimento

dos últimos 10 anos, que é o tipo de tecnologia que suportou esse crescimento e deu base para o desenvolvimento. Ou seja, em síntese, mudou a estrutura econômica. Do ponto de vista do mercado de trabalho, a nova tecnologia fragmentou esse mercado. Assistimos à plena ocupação do mercado, sem o aumento de trabalho. Outra questão é que esse crescimento econômico não aconteceu com forte uso de matérias primas e, portanto, não desencadeou a inflação, com a intervenção do Banco Central no sentido de frear esses mecanismos.

**A** questão relevante é que muita riqueza foi criada nesse período, concentrada nos poucos de sempre. Tanta riqueza e a pequena parte reservada para os países menores não é capaz de impedir que haja milhões de pessoas com fome, porque 80% da riqueza criada

vão para 20% da população. Portanto, esses 20% destinados aos 80% da população levam 1,5 bilhão de pessoas a superarem a linha da fome. Como, por exemplo, grande parte da população da China, Índia e parte da Ásia. Até com o pequeno crescimento dos EUA, esses países mantiveram crescimento de 7% a 8% ao ano. É interessante pensar como esse crescimento poderia ser induzido se a distribuição desta riqueza fosse diferenciada. Agora, esse mecanismo de crescimento foi bloqueado, e surge a pergunta de como se fazer e o que fazer para determinar o retorno do crescimento.

**E**u penso que em breve surgirá um novo tipo de inovação tecnológica, que poderá fazer recomeçar o crescimento econômico. Falo das novas tecnologias de dados. É importante ter em mente que o atraso desse novo ciclo que está por



vir produziu grande destruição de riquezas. Nesses dois anos de atraso, foram queimados bilhões e bilhões de capital, com investimentos que faliram. Portanto, a perda desse dinheiro não foi somente do capitalista que investiu, mas também das populações onde ele foi aplicado, onde ele poderia ter sido utilizado. É importante notar que esses últimos 10 anos de crescimento deixaram à margem, e, de tal forma débil, os países que estavam em crescimento.

**N**o ciclo de crescimento normal, os países mais fracos se fortalecem a partir do aumento das matérias primas.

Entretanto, isso não ocorreu nesse momento. O ciclo se fechou e os dois ou três anos geralmente favoráveis aos países em desenvolvimento não aconteceram. Somente os membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), que se organizando e intervindo de forma cartelizada, conseguiram segurar os preços de seus produtos e impedir uma perda em suas cotações. No fim desse ciclo, pode-se observar as crises nos países da América Latina, na antiga União Soviética, próximos à Rússia, e no Oriente, que não conseguiram se

aproveitar e se livrar desse movimento especulativo.

### A retomada do crescimento

Quais são, portanto, as perspectivas de agora? Creio que, entre um ano a um ano e meio, haverá uma forte retomada do crescimento dos EUA, não tanto pela política monetária, pois sabemos bem que ela é bastante útil para frear a economia, mas não serve para reativá-la. A retomada se dará principalmente pelas fontes de reservas estatais dos EUA, da balança americana. A pergunta que devemos nos fazer é como esse novo ciclo se dará e como ele poderá ocorrer envolvendo os países que foram marginalizados no ciclo anterior.

**A**credito que há uma grande importância dos organismos supra-nacionais, principalmente com o papel reformulado do FMI e do Banco Mundial. É possível que um próximo ciclo de desenvolvimento se dê de uma forma diferente. Os objetivos desses organismos não devem ser de curto, mas de longo período. As ajudas não devem ocorrer para sanar os balanços em períodos breves, mas condicionadas ao alcance de objetivos de políticas sociais necessárias ao crescimento econômico,

de longo prazo, dos países mais fracos. Como, por exemplo, de financiamentos concedidos a programas educacionais.

**U**ma última questão que cabe aqui dizer seria o papel do GATT e das trocas internacionais. Creio que seria errado insistir em que os países se fechem em si mesmos e fica claro que, quando um país troca tecnologia avançada por mercadorias de países com pouca tecnologia, rouba desses países com menos tecnologia. É possível, creio, que essas mercadorias (dos países mais pobres) possam assumir um valor maior, através da cultura desses países e, portanto, atingir um valor de igualdade nessas trocas.

Vale citar o exemplo italiano.

Conseguimos trocar o nosso queijo por computadores, sem que haja uma perda nessa troca. No queijo tradicional italiano, sustentamos aquele preço devido a toda uma cultura e tradição na elaboração desse produto. Portanto, os produtos da agricultura italiana não são trocados de forma desigual, mas igual com produtos tecnológicos. Isso é possível.

\* Secretário-geral da Federação Metal Metalúrgica da Itália

## A guerra como saída para a crise

Reinaldo Gonçalves\*\*

**E**m relação aos anos 90, é verdade que foram atípicos: um ciclo bem longo, que começa em 1992 e vai até o final de 2000. Basicamente, um longo ciclo expansionista de oito anos, que coincidiu com os dois períodos Clinton, nos EUA. Foi destacada a importância da tecnologia, dos preços de matérias primas e do preço dos salários. Na realidade, o que ocorreu foi uma queda nos preços de matérias primas nesse período em que, em relação à oferta de mão de obra, particularmente na locomotiva do sistema, que é os EUA,

houve um aumento muito grande da imigração.

**O**u seja, o ciclo foi estendido por uma nova safra tecnológica, matérias primas com preços em queda e os salários estáveis por causa da imigração. O que houve de imigração nos EUA, nos anos 90, é uma coisa extraordinária. Isso segurou o aumento de salário. Então, nos EUA, a oferta da mão de obra foi perfeitamente elástica, com o salário nominal constante por causa da imigração de mexicanos, brasileiros e etc.

**M**as há alguns aspectos que gostaria de chamar a atenção. Um, é o efeito riqueza. O que aconteceu nos EUA e também na Europa, nos anos 90, é que o lado real da economia gerou um excedente que não foi completamente absorvido em termos de acumulação de capital e esse excedente econômico foi transferido para a área financeira. O financeiro foi se expandindo extraordinariamente. No plano doméstico, a "financeirização", que é a valorização extraordinária do capital na área financeira; e, no *front* externo, a globalização financeira,



com o crescimento extraordinário do fluxo de capital e dos serviços financeiros.

### Efeito riqueza

**Q**ual é o problema com o efeito riqueza? A evidência empírica mostra que, tanto nos EUA quanto na Europa, quando o cidadão fica mais rico porque as ações dele ficaram mais valorizadas, ele passa a aumentar o consumo próprio. Isto é, o consumo é função da renda, mas é também função da riqueza, da variação do estoque de riqueza. Se no início do ano o cidadão tem uma riqueza de US\$ 200 mil, com uma renda de US\$ 100 mil, e, no final do ano, mantém a renda de US\$ 100 mil, mas o patrimônio, por causa da valorização na Bolsa de Valores, saiu de US\$ 200 mil para US\$ 400 mil, em cima do patrimônio ele se endivida e troca de carro, o que significa aumentar o consumo em função da variação de riqueza e não da variação de renda.

O efeito riqueza - e a evidência empírica é conclusiva - foi determinante na expansão do consumo e, portanto, da renda. Como resultado, estendeu o ciclo econômico nos EUA e na Europa. Não é por outra razão que, quando a Bolsa de Valores norte-americana começa a perder valor, inicia-se uma desaceleração no consumo e na renda, já em 2000. Ficou claro que a bolha financeira cresceu muito, e que não poderia explodir. Teria que encolher, mas gradualmente. Isso foi determinante na desaceleração.

**O** outro fator foi a expansão do financiamento. O que se observou, nos anos 90, foi uma queda extraordinária da poupança. Em 2000, a taxa de poupança das famílias americanas, que era em torno de 10%, nos anos 90, foi caindo e, em 2000, ficou negativa.

O conjunto das famílias em vez de poupar se endividou.

Isso para o sistema capitalista é uma maravilha e foi determinante para a expansão do financiamento e do ciclo

econômico. Qual é o problema? É que, em 2000, nos EUA, quando a política norte-americana e do seu Banco Central era controlar a bolha financeira, de forma a que ela não explodisse - isto é, controlar a exuberância irracional do mercado de capitais - a taxa de juros subiu. Essa subida foi também um freio para a reversão desse longo ciclo econômico. De fato, esse foi um ciclo especial, que interage questões do ponto de vista da tecnologia, mercado de fatores, matéria prima, mão de obra e dois aspectos da área financeira - o estoque, que é a riqueza e valorização, e o financiamento, que é um problema de fluxo.

### Cinco saídas

Para complementar, eu seria menos otimista com relação ao futuro da economia mundial e mais cauteloso. Acho que, hoje, os cenários otimistas têm probabilidades equivalentes a um cenário pessimista. Por que? Porque, hoje, o capitalismo tem cinco macro-saídas para crises como a que enfrentamos.

**S**aída um, que é a saída schumpeteriana, pela inovação tecnológica, que é a leitura do nosso convidado. Vamos ter uma nova safra de tecnologia, que será o combustível da economia capitalista americana e européia. Isso é uma esperança. Não há evidência de que estejamos entrando em uma nova safra. É expectativa, aposta, porque a inovação tecnológica é randômica, aleatória, não é controlada pelos homens.

O que é controlado pelos homens é a segunda saída, a keynesiana, que é pelos gastos públicos. Só que ela pode fazer uma reversão de ciclo, mas pode, como ocorreu nos anos 50, simplesmente frear a descida da ladeira sem provocar a reativação. Isto é, a política fiscal pode ser tão ineficiente quanto a monetária.

**D**ois exemplos: os EUA, nos anos 30, e Japão, nos anos 90. Pode ser que todo o gasto público europeu e americano, no século

21, neste início de década, tenha o mesmo efeito que a política de extraordinário déficit público japonês, nos anos 90. Isto é, não tiraram as economias de um cenário de estagnação. A terceira saída é a globalização, isto é, ampliar o mercado internacional, procurar mercados externos. Toda vez que o mercado interno não funciona, vai-se pro mundo. Qual é o problema? É que se todo mundo procura o mercado internacional, é jogo de soma zero. Se alguém ganha é porque alguém perde.

O quarto fator para a saída da crise é a distribuição da riqueza e da renda. O problema é que riqueza e renda têm que ser tomadas e isso tem uma repercussão política importante. É difícil hoje imaginar que haverá, nos EUA, com governo republicano, e, mesmo na Europa, grandes mudanças de distribuição de renda e riqueza que provoquem uma expansão autônoma de demanda agregada. É um problema político. Não há horizonte político favorável a isso.

O quinto e último fator, que é o mais eficiente de todos para tirar as locomotivas enferrujadas do capitalismo e colocá-las de volta nos trilhos: a guerra, que é o sistema mais eficaz e tirou a economia mundial do buraco que se encontrava nos anos 30. A guerra é o mecanismo mais eficiente que o capitalismo tem para gerar demanda agregada: realiza capital sem ter consumo.

**M**uito provavelmente, o combustível da locomotiva norte-americana não será o gasto keynesiano tradicional, não será a globalização, nem a tecnologia e muito menos a distribuição de riqueza. É bem provável que esse combustível, no curto e médio prazos, sejam os gastos militares. Isso introduz uma enorme incerteza crítica: até quando sustenta um conflito bélico de grande impacto? Não adianta mais uma guerra do Golfo, de US\$ 30 bilhões. Tem que ser uma guerra de grande impacto. E esta é uma enorme incerteza crítica.

**\*\* Professor de Economia da UFRJ**



# Criar um mercado de consumo social

Ronaldo Rangel\*\*\*

**G**ostaria de introduzir a questão da periferia nesse debate, até para que nosso colega italiano conheça o ponto de vista tupiniquim. Em primeiro lugar, penso que a avaliação que Enrico fez peca na origem. Não tenho muita certeza se a expressão pleno emprego desse ciclo virtuoso cabe, porque esse ciclo foi na verdade poupador de mão-de-obra. Como houve poupança de mão-de-obra é evidente que houve controle da massa salarial e uma certa horizontalização nos preços dos salários, uma constância.

Penso também que há uma diferença, que tem que ser tratada, entre valor agregado de matéria prima e preço de matéria prima. Como os valores agregados caem é óbvio que os preços de matéria prima despencam. Então, a relevância de valor das matérias primas diante deste ciclo capitalista virtuoso decai e, portanto, seu preço também. Na verdade, tivemos um ciclo com baixíssima inflação pelo fato de que os *in puts* inflacionários não aconteceram. Conseguiu-se ter um ciclo virtuoso não inflacionário porque tudo que alimentaria o processo inflacionário estava contido por força do próprio ciclo.

**S**e isto é verdade, qual é o problema que nos impacta na América Latina? Países como o Brasil, com baixíssima capacidade de negociação, em termos internacionais, não consegue ter vantagem comparativa. Como não era possível para o Brasil ter vantagem competitiva dinâmica e iria ter obviamente déficits comerciais, por conta do baixo valor agregado daquilo que é relevante para a sua pauta de exportação, então, se faz uma outra opção: abrir mão de ter saldos comerciais e financiar o balanço por movimentos de capitais. Para isso, a realidade não inflacionária do primeiro mundo tem que se reproduzir na periferia porque câmbio é

um preço. Ou seja, só tem um jeito de garantir mobilidade de recursos: garantindo que o câmbio seja constante. A realidade de baixa inflação dos países mais ricos acaba se reproduzindo nos países periféricos, mas por um outro motivo: porque se faz política cambial de sobrevalorização da moeda. E por que tem que fazer isso? Porque se o câmbio não estiver constante, não se consegue ter mobilidade de recursos. Não havendo mobilidade de recursos não haverá financiamento do balanço, dado que as transações correntes serão deficitárias, assumidamente.

Qual é o problema que a gente vivencia hoje na América Latina? O desaquecimento das economias centrais impacta no portfólio das aplicações. Como impacta neste portfólio, impacta na mobilidade de recursos que esses países teriam. Nós entramos em crise não por conta do fim do ciclo, em termos de esgotamento tecnológico ou esgotamento da capacidade produtiva. Entramos em crise como consequência da preferência pela aplicação nos mercados domésticos, que impede a mobilidade de recursos. E o que isso vai provocar? Diferentemente do que Enrico aponta como positivo, isso vai provocar um cenário mais negativo ainda.

**T**omemos o exemplo do Reinaldo, da saída keynesiana. O governo americano tem mostrado que está fazendo investimento no setor produtivo, realizando gastos públicos. Mas as empresas de grande porte estão minimizando os seus riscos, usando esses recursos adicionais que estão sendo disponibilizados para diminuir passivo. Então, esse dinheiro não está entrando para reaquecer a economia norte-americana, mas, sim, para retirar as empresas de uma posição de risco. Portanto, novamente, o ciclo de reaquecimento não tem nada a ver com a questão tecnológica tratada aqui como

forma de reaquecimento da economia futura e independe desta posição este reaquecimento.

**Q**ual é o problema que sobra para uma economia como a brasileira? Não tem mais vantagem competitiva, até porque ao longo destes oito anos de ciclo virtuoso nos países centrais nós destruimos a indústria nacional e estou chamando de indústria os setores produtivos nacionais. Perdemos a capacidade de exportar, de ter vantagens de balança. Não há nenhuma tendência e nem expectativa de reaquecimento dos fluxos financeiros para financiar estas economias. O que acaba sobrando é um estado de guerra, que o Reinaldo levantou. É óbvio que o estado de guerra é uma catástrofe enlouquecida, e temos que pensar em uma alternativa para sair dessa crise. Uma coisa importante, um conceito discutido no Fórum Social Mundial, é a criação de um mercado social. Um mercado de consumo doméstico, mas não no sentido tradicional de mercado de massa, mas um mercado efetivamente de consumo social.

**P**aíses como o Brasil só tem, a meu juízo, uma alternativa para sair deste imbróglio que a globalização provocou: voltar-se para si mesmo, criando condições de renda, sustento e dignidade em uma coisa que a gente deve pensar como um mercado social de consumo. Acho que buscar esse mercado é mais importante do que ficar pensando em cenários de reaquecimento da economia global, que se acontecer ou não países como o Brasil não vão conseguir ser arrastados para esse processo. ■

\*\*\* Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro



# INTERVENÇÃO PODE SER QUEIMA DE ARQUIVO

Governo rompe acordo feito em 98 com a Previ, afasta diretores eleitos e tenta sustar as apurações em torno dos negócios feitos durante o processo de privatização

Fazendo lembrar os tempos do autoritarismo do regime militar, o governo FHC determinou a intervenção na direção da Previ, fundo de previdência complementar dos funcionários do Banco do Brasil. Sob a alegação de não cumprimento de uma determinação legal que impõe o voto de qualidade no conselho deliberativo do fundo em favor do patrocinador, no caso, o BB, a medida do governo afastou os diretores eleitos pelos funcionários e interrompeu o funcionamento da instituição que, há quatro anos, aprovou um acordo financeiro através do qual a Previ compensou uma dívida de R\$ 5,7 bilhões que o BB tinha com o fundo, obtendo em troca a aprovação e implementação de um estatuto introduzindo a gestão paritária da entidade. O *JE* abre suas páginas das entrevistas mensais para o diretor de participações da Previ, Sérgio Rosa, eleito em 2000 para o cargo do qual agora foi afastado por mais esta medida de força do governo FHC.

**Jornal dos Economistas** — *Qual a base legal desta intervenção?*

**Sérgio Rosa** — Desde que começaram a tramitar as leis 108 e 109, houve um embate sobre quem queria mais ou menos a democratização dos fundos. O governo tentou colocar sempre um modelo muito mais pelo lado das patrocinadoras do que dos participantes. Quando este projeto saiu da Câmara estava com um modelo equilibrado, com a ideia da paridade da gestão. No Senado, começaram a aparecer emendas para restringir essa democratização dos fundos. No texto final, o artigo 11 da Lei 108 estabelece a composição do conselho deliberativo de forma paritária, dando voto de qualidade para a patrocinadora. Só que, justamente por existir a Previ, há um parágrafo segundo neste artigo que permite que, mantida a paridade, o fundo tenha outra composição. Ou seja, não tenha o voto de qualidade para quem já tenha o estatuto aprovado pelos associados. O BB desprezou totalmente esse parágrafo e impediu qualquer discussão a respeito desta faculdade que a lei criou, de mantermos o estatuto.

**JE** — *Mas a direção do Fundo fez ver esta sua posição ao governo?*

**SR** — Sim, inclusive, enviou para a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) a proposta de alterar naquilo que a lei é obrigatória e manter no que a lei é facultativa. Até porque se a Previ tem um estatuto, o instinto é preservá-lo ao máximo e os dirigentes têm um dever de lealdade com o estatuto da entidade, que também é uma lei que têm que seguir. Foi este o debate estabelecido: nosso estatuto foi votado e aprovado em 1998 pelos associados, pelo BB e pela SPC. Está em vigor. Apresentamos propostas e o banco, provavelmente convicto de que a intervenção ocorreria, se desinteressou do debate.

**JE** — *Como foi aprovado este estatuto?*

**SR** — Em 1998, a partir de um debate que creio ter sido o maior que a Previ já viveu. Quando foram alterados o estatuto e o regulamento do plano de benefícios, foi feito um acordo financeiro com o banco, extremamente vantajoso para ele e condicionado à mudança de estatuto. Basta ver o fato relevante que o BB teve que publicar para o mercado, onde dizia ter negociado com a Previ um acordo financeiro, envolvendo R\$ 5,7 bilhões da Previ, para pagar uma dívida do banco com o fundo, que só entraria em vigor se aprovado e implantado o estatuto e um novo regulamento de benefícios. Houve uma votação, o estatuto e o plano de benefícios foram implementados e só depois disso é que o acordo entrou em vigor. Hoje, o banco está rompendo toda esta discussão. Para nós, isto é uma deslealdade. Ele aproveita-se agora de um espaço criado pela lei para poder retomar o controle sobre a Previ, isto com menos de quatro anos do novo estatuto.

**JE** — *Então, há o risco de se anular este acordo?*

**SR** — Existe este risco, o que seria crítico para a Previ e para o BB. Em 1997, a dívida do banco com a

Previ estava orçada em R\$ 11 bilhões, relativos ao custo do pessoal que ele colocou para dentro da Previ sem ter feito a capitalização prévia. O TCU pressionou o BB a jogar esta dívida em seu balanço. Ou seja, ele simplesmente quebrou. Então, foi feito o acordo. Na época, a Previ tinha um superávit e a metade foi utilizada para amortizar esta dívida do banco, transformando-se em uma espécie de capitalização. Ali, portanto, se evitou que o banco quebrassem, se resolveu um tremendo passivo que acabaria sendo do Tesouro Nacional, com recursos da Previ em troca de um acordo no estatuto. Hoje, toda esta negociação está sendo rompida. É um tremendo oportunismo, até porque os funcionários só concordaram em fazer o acordo pela certeza de que haveria uma gestão melhor, mais vigiada. A Previ vinha, até então, sofrendo todo o tipo de denúncia sobre a maneira de como seus ativos eram utilizados. Teve o grampo do BNDES, que deixou evidente que o governo, de alguma maneira, pressionou a Previ a fazer uma associação que ela não queria. A Previ participou das privatizações de tal forma que metade da sua carteira de renda variável, hoje, refere-se a empresas privatizadas. São R\$ 11 bilhões da carteira de ações, referentes a empresas privatizadas. Para isso, a Previ se desenquadrava de todas as regras de aplicações que regem a previdência complementar. Houve uma leniência do governo: ao mesmo tempo em que houve um impulso para a Previ participar, houve uma boa vontade para que a Previ participasse sem precisar observar normas.

**JE** — *A intenção do governo foi muito mais calar a parte eleita da diretoria da Previ que apura esses dados?*





**SR** - Não tenho dúvida disso. Veja o tamanho da intervenção: um fundo de R\$ 38 bilhões, com dezenas de decisões para se tomar todo dia, cada diretor participando de inúmeros processos de negociação, vem uma intervenção e afasta a diretoria, todo o conselho deliberativo e o conselho fiscal para fazer uma mudança de estatuto. Uma mudança de impactos financeiros muito maior, que foi a da paridade nas contribuições, quando não houve acordo veio um diretor fiscal nomeado pela SPC, escreveu no papel "determino que seja assim a implantação da paridade" e a gestão da Previ não precisou sofrer solução de continuidade. Agora, esta intervenção afasta simplesmente a diretoria. Uma única pessoa se transformou na diretoria inteira, nos conselhos deliberativo e fiscal. Uma entidade de R\$ 38 bilhões, com participações em 100 empresas. Ou seja, não tem a menor proporção o ato do governo em relação ao problema da Previ. Não há uma única acusação de improbidade, de corrupção, de má gestão, de gestão temerária, nada disso. Não se trata de afastar pessoas que estavam roubando ou causando problemas para o fundo.

**JE** - Ou seja, o governo preferiu bancar este desgaste, agora, para evitar um desgaste maior, com a Previ batando para fora todo o emaranhado de negócios estranhos em que ela se envolveu no processo de privatização?

**SR** - Acho que há muitas coisas estranhas, sim. Fizemos um trabalho puramente profissional e em cada um desses negócios analisamos simplesmente o que foi feito e se atendeu aos interesses da Previ, se teve erro e como seria possível corrigir. A Previ, por exemplo, colocou cerca de US\$ 400 milhões, à época (1995/98), em um fundo criado pelo banco Opportunity e não tem absolutamente nenhum controle sobre este investimento: nem quando a gente pode vender, nem sobre o controle das empresas onde esses recursos estão investidos. Esse fundo, chamado *Citibank Venture Capital*, o Citibank tem no mundo inteiro e aqui o gestor é o Opportunity. Tem foco nas telecomunicações, mas também pega outros setores, e os fundos são os únicos investidores, com a Previ tendo a maior parte.

**JE** - Pode-se dizer que houve uma transferência do capital?

**SR** - Isso seria até normal, o banco administrar os recursos dentro de certos parâmetros. O que não é normal são as regras desse fundo. Para se tomar qualquer medida contra o administrador do fundo precisa-se de 90% de quorum entre os cotistas. O comitê de investimento é formado por representantes do banco e dos cotistas, mas o poder de decisão é totalmente do banco. A Previ perdeu qualquer capacidade de fiscalização e controle para o Opportunity, sem nenhum passado do banco para isso. É um banco criado em 1994 e, em 1997, recebeu esse presente dos deuses, que são milhões de dólares dos fundos de pensão. Numa cartada só se transformou em controlador de empresas do porte de Brasil Telecom, Telemig, Tele Norte Celular, Metrô do Rio, Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) e do Porto de Santos, sem nenhuma tradição no negócio. Ele, por exemplo, chegou a comprar, com esses recursos, ações do Sport Club Bahia. Para fazer aumento de capital nas empresas investidas por esse fundo, chegou simplesmente a fazer emissões públicas de ações para cobrar comissão de colocação dos fundos de pensão e pagar as parcelas da privatização.



Ou seja, todo o tipo de atitude contrária aos interesses dos cotistas do fundo. Hoje, praticamente, todos os cotistas estão em desacordo com a gestão do Opportunity nas empresas e no próprio fundo. As contas desse fundo foram desaprovadas pelos cotistas, no ano de 2000, justamente por erros e equívocos que favoreciam o banco, mas não se consegue tomar uma atitude mais efetiva porque o regulamento do fundo não permite.

**JE** – *E o que levou a direção da Previ a topar um negócio tão nebuloso?*

**SR** – Temos de voltar ao grampo do BNDES. Ele é revelador quando se diz, claramente: “olha, posso usar o seu nome para convencer a Previ”. Ai é que a intervenção pode ter um efeito de queima de arquivo importante. Dentro da Previ, até hoje, estamos analisando e surgem novos fatos para tentar entender como a Previ entrou nisso. Há evidências muito fortes de que, diretores da Previ, à época, atendendo pressões externas, fugiram inclusive aos procedimentos e às decisões de diretoria para favorecer o Opportunity, na forma como o investimento e os acordos foram feitos.

**JE** – *No período de formação desse fundo, os funcionários do BB participavam da gestão da Previ, porém, eram minoritários?*

**SR** – O modelo era o seguinte, até 1997. Existiam três diretores executivos, todos indicados pelo banco – o presidente, o diretor técnico, que acumulava toda a parte de investimento e negociações, e o diretor administrativo. Esses é que tocavam o dia-a-dia da Previ, faziam as negociações, controlavam todo o aparato técnico interno. O presidente era o Jair Bilachi e o diretor técnico, João Bosco Madeiro, os dois, indicados pelo banco. O João Bosco foi assessor do Ricardo Sérgio, que era diretor da área internacional do BB, desde 1995. Consta que eram pessoas muito vinculadas ao Ricardo Sérgio. Os diretores eleitos eram apenas deliberativos. Reuniam-se periodicamente só para examinar a pauta da diretoria. Nessas discussões envolvendo o investimento conjunto com o Opportunity, houve decisões da diretoria que não foram respeitadas na hora da execução. Por exemplo, a diretoria aprovou que a remuneração de desempenho do Opportunity como gestor daquele fundo seria apenas a partir do teto de IGPM mais 6%. Depois, o regulamento do fundo veio com o IGPM como teto mais 12%.

**JE** – *Mas como houve força do gestor para fazer esse registro na CVM à revelia da diretoria executiva?*

**SR** – O problema são os fatos consumados. Faz-se um debate na diretoria, coloca-se determinadas condições para as negociações, a privatização ocorre logo no dia seguinte, em que se participa já como consórcio, e depois quando se toma conhecimento que o regulamento do fundo no qual se colocou dinheiro era diferente, já houve o leilão e a participação. Na verdade, se cria um volume de fatos consumados em que se consegue perceber as contradições, erros, equívocos e os riscos só posteriormente.

**JE** – *Isso, então, formalmente isenta a diretoria executiva de maiores responsabilidades, pois tudo seria caso de esperteza do gestor?*

**SR** – Não tenho dúvida de que as responsabilidades, nesse caso, são bastante específicas de algumas pessoas. Obviamente, tudo isso ainda precisa ser apurado, em nível judicial até. O problema é que não interessa a nós apenas identificar responsáveis, interessa justamente mostrar o quão arriscado é se ter uma gestão absolutamente concentrada na mão de pessoas indicadas pelo banco, vale dizer, indicadas pelo governo. Acho essa uma questão fundamental para os fundos de pensão.

**JE** – *Você disse que todos os cotistas do fundo estão em desacordo com o gestor e que são necessários 90%, no mínimo, desses cotistas para uma ação mais incisiva contra o gestor?*

**SR** – Dois detalhes importantes. Um dos cotistas desse fundo é a Sistel, aquela fundação de todo o sistema Telebrás e cujos ativos foram segmentados. O ativo da Sistel que diz respeito a esse fundo é controlado pela própria Brasil Telecom. Quem indica o diretor de plano deste segmento da Sistel é o próprio Opportunity, que é o controlador da Brasil Telecom.

**JE** – *Embora não tenha participação societária importante?*

**SR** – O Opportunity não tem dinheiro nenhum na empresa. Ele é gestor do dinheiro dos fundos, mas virou controlador efetivo. Foi indicado o Paulo Pedrão, que é diretor financeiro da Brasil Telecom, para ser o representante da Sistel. E a Sistel não vota nunca contra

o gestor porque o representante é diretamente indicado pelo Opportunity. O outro detalhe é que o fundo nacional está em linha com outros fundos estrangeiros. Um fundo com recursos do Citibank e um outro chamado Opportunity Fund. Em conjunto, eles controlam as empresas que vêm abaixo. Se o fundo nacional destituir o gestor, o Opportunity pode, operando os outros dois fundos, manter o mesmo controle sobre as empresas e ainda eventualmente prejudicar os resultados do fundo nacional, pelo fato de ele não ser mais o gestor.

**JE** – *A SPC não tem conhecimento dessa relação de dependência?*

**SR** – Vou falar com todas as letras e riscos: se hipocrisia fosse crime, a SPC estaria cumprindo uns 300 anos de cadeia. Não existe uma atitude dela em defesa do participante. Todas as intervenções da Secretaria são contra os fundos de pensão. Poderia citar exemplos exagerados e diversos. Neste caso, o que está em questão é o voto de qualidade, a favor da patrocinadora, e a lei diz que ele é facultativo, mediante autorização do órgão regulador. Ora, se a SPC quisesse agir em defesa dos participantes autorizaria os participantes a não perderem o voto de qualidade para a patrocinadora. Não teria tomado uma medida extrema, de intervenção, afastando, fundamentalmente, os eleitos, porque o banco nomeia a qualquer momento novos gestores no lugar dos que estão aí. No caso do Opportunity, não há qualquer atitude da SPC analisando essa questão. Nem diante de todo o escândalo nacional em que o caso se transformou, com inúmeras matérias da imprensa.

**JE** – *A Previ ficou sozinha, isolada?*

**SR** – Sim, por ora, sim, embora eu ache que seja possível reverter isto. Creio que realmente precisamos aprofundar o debate sobre gestão dos fundos. Se o que se quer é transformar esses fundos em algo importante para o desenvolvimento econômico do país, não é possível pensar num sistema desta importância, que movimento R\$ 154 bilhões de ativos, com gestores que são completamente manietados pelo governo e pelas patrocinadoras.

*Leia a íntegra da entrevista de Sérgio Rosa ao JE na página dos economistas, na internet [www.economistas.com.br](http://www.economistas.com.br)*



CONTAS NACIONAIS Carmem Aparecida Feijo\*

# CRÉDITO E QUALIDADE NOS DADOS OFICIAIS

O debate sobre a qualidade e a credibilidade das estatísticas está na agenda dos produtores desses insumos que norteiam rumos e decisões, embora o seu ensino ainda seja visto como maçante. No próximo número, a segunda parte deste artigo

**N**o Brasil, há pouca literatura sobre estatísticas oficiais, apesar de sua relevância tanto para a produção acadêmica em ciências sociais como para a tomada de decisões nas esferas pública e privada. Podemos atribuir esta lacuna à pequena tradição que se tem no país de se discutir, no âmbito da academia, a produção de estatísticas oficiais. Uma evidência desta lacuna pode ser apontada no programa de Contas Nacionais, que é pouco valorizado nos cursos de graduação em economia, e o assunto visto, na maioria das vezes, como maçante por alunos e professores.

O objetivo deste texto é trazer, para um público mais amplo, questões pre-

sentes na agenda de discussão de produtores oficiais de estatística, tais como qualidade e credibilidade das estatísticas oficiais. Estes temas são relevantes para situar o papel e a responsabilidade dos produtores oficiais de estatística como fornecedores de insumo no processo de tomada de decisões em economia.

Vamos iniciar o texto discutindo o sentido da qualidade na produção de estatísticas, o que nos leva a buscar como referencial teórico os conceitos de reputação e credibilidade. Este referencial se mostrará importante para distinguirmos entre a produção de estatísticas oficiais e o sistema nacional de estatística.

A construção de um sistema nacional de estatística demanda instrumentos de coordenação da produção por diversas agências descentralizadas. Nossa proposta é considerar o sistema de contas nacionais, com a extensão das contas satélites, como a principal matriz de referência para o sistema nacional de estatísticas.

## Qualidade na Produção de Estatísticas Oficiais

A citação a seguir, extraída do comentário de Martin-Guzmán ao texto de Platek e Sarndal (2001), ilustra uma visão bastante difundida na discussão entre os produtores oficiais

de estatística a respeito de credibilidade das instituições produtoras:

*A imagem de qualidade é essencial para o INE [Instituto Nacional de Estatística], porque é profundamente relacionada à credibilidade; e credibilidade é a base para o círculo virtuoso que ajuda a melhorar a qualidade da estatística.*

*Credibilidade é o ativo mais importante de um INE, mas também é um item muito frágil: levam-se anos para consolidar, mas pode ser facilmente danificado (2001, p. 73.)*  
[nossa tradução]

Assumindo, como faz Martin-Guzmán, que credibilidade é o ativo mais importante de uma instituição produtora de estatísticas oficiais, podemos investigar como deve ser tratada a questão da 'imagem da qualidade'. Esta imagem, a nosso ver, está associada à confiança dos agentes econômicos nas estatísticas produzidas, ou seja, à credibilidade atribuída à informação. Para avançarmos nesta questão, podemos desdobrar a idéia de credibilidade em dois aspectos: um referente aos fundamentos teóricos aos quais a informação estatística está associada; outro referente à qualidade da produção da estatística propriamente dita. Ao introduzirmos esta distinção estaremos definindo o que são credibilidade e reputação nas estatísticas oficiais.

## Credibilidade e Reputação

A idéia de credibilidade na literatura

Nossa proposta é considerar o sistema de contas nacionais, com a extensão das contas satélites, como a principal matriz de referência para o sistema nacional de estatísticas



Não estamos sugerindo que toda estatística seja uma tradução ideal de conceitos teóricos abstratos, mas somente que tão maior é a aceitação de uma estatística, quanto mais consolidada está a teoria a qual se refere

econômica está associada às expectativas dos agentes econômicos quanto ao sucesso de medidas de política, em particular, política monetária. A teoria econômica defende que o sucesso da política monetária depende, em grande parte, da crença dos agentes privados na sua eficácia. Para o objetivo deste texto podemos propor que um requisito importante a dar credibilidade a uma estatística, ou seja, o que influi na sua aceitação como medida de referência à tomada de decisões, é a interpretação que se pode extrair a partir de um modelo teórico (implícito ou explícito).

Assim, os agregados macroeconômicos, por exemplo, são a referência para a descrição da economia e têm, como base teórica, o modelo de demanda agregada keynesiano. Um outro exemplo, tomando por base a teoria microeconômica, diz respeito aos índices de preço que têm como referência a teoria do consumidor. Não estamos sugerindo que toda estatística seja uma tradução ideal de conceitos teóricos abstratos, mas somente que tão maior é a aceitação de uma estatística, quanto mais consolidada está a teoria a qual se refere. Indicadores sin-

téticos, por exemplo, apesar de sua grande aceitação como medida de *ranking*, são disputados na literatura internacional por não apresentarem base teórica consolidada que justifique os critérios de agregação das dimensões consideradas. (1)

Outro ponto a ser levado em conta é que a discussão sobre a credibilidade das estatísticas oficiais não deve ser vista independentemente da imagem pública de quem produz. No nosso entender, a credibilidade dos resultados das estatísticas depende da reputação do órgão produtor. Fazer a distinção entre a referência teórica a modelos aos quais se baseiam as estatísticas, por um lado, e a qualidade da produção da estatística,

por outro, é importante para situar o contexto em que deve se desenvolver a discussão de qualidade nos órgãos produtores de estatística.

Conforme a interessante observação de Sicsú (1997), discutindo credibilidade e reputação no âmbito da política monetária, credibilidade é um conceito *forward looking*, pois diz respeito a expectativas futuras. Neste sentido a credibilidade de uma estatística pode ser entendida do ponto de vista do uso que se faz da informação e, desta forma, pode ser associada à idéia de *forward looking*.

Por outro lado, a boa aceitação de estatísticas oficiais deve estar associada à reputação da instituição produtora, e este conceito, conforme observa Sicsú (op. cit.), é *backward looking*, pois se refere à atuação passada das instituições. Uma boa reputação é indispensável para dar credibilidade a um resultado, mas a credibilidade não é garantida pela boa reputação. Exemplificando: uma medida de PIB da economia, para ser bem aceita, depende da reputação do órgão produtor, mas o cálculo de uma outra estatística como representativa da produção da economia num período de tem-

po não será aceita com base apenas na reputação de quem produz.

Há várias implicações práticas nesta distinção entre credibilidade e reputação para produtores oficiais. A principal é que os produtores oficiais devem, na busca pela imagem de qualidade, observar tanto os conceitos teóricos (aspecto da credibilidade) como os procedimentos a serem seguidos na produção da informação (a observação das 'boas práticas' que constroem a reputação). (2) Assim, o produtor oficial deve estar em contato com os avanços no âmbito da teoria para saber interpretar os debates teóricos à luz da produção de informações, mas não deve criar conceitos. Da mesma forma o produtor oficial deve orientar o uso da informação que produz, ou seja, deve dar transparência a forma como a estatística é produzida, mas não deve influenciar a decisão sobre o uso da estatística.

Em suma, a credibilidade de uma estatística, no sentido que estamos atribuindo neste texto, não se define no âmbito da produção da estatística, mas no âmbito da discussão teórica. A qualidade da produção, por outro lado, depende das práticas dos produtores de estatística que determinam sua reputação. ■

**\* Economista do IBGE e Professora da UFF e da ENCE/IBGE**

(1) Para uma visão crítica do Índice de Desenvolvimento Humano, ver Ryten, 2000.

(2) Uma outra implicação é considerar que a inserção dos produtores de estatística nas administrações públicas os expõe às pressões oriundas dos contextos econômicos e sociais. A preservação da reputação, apoiada na credibilidade das informações produzidas, exige também independência e imparcialidade em relação aos contextos políticos. A informação divulgada por órgão produtor oficial deve ser considerada livre de manipulação. Desta crença depende, em parte, o sucesso das ações decorrentes das decisões de políticas públicas.

As idéias aqui expressas não representam a opinião das instituições as quais a autora é ligada. Agradeço comentários de Paulo Gonzaga M. de Carvalho, Elvio Valente, Zelia Bianchini e Nelson Senra, que obviamente não são responsáveis por incorreções que porventura permaneçam.



VOTO ELETRÔNICO Pedro Antonio Dourado de Rezende\*

# OBSCURANTISMO OU SÍNDROME?

O *JE* abre o debate sobre a urna e o voto eletrônicos, cada vez mais questionados por diferentes segmentos da sociedade brasileira, diante do silêncio do TSE

A revolução digital nos leva por um caminho estreito e perigoso, ladeado por dois abismos. A tecnofobia paranóica de um lado e a ingenuidade crédula do outro. Ao redor, há velhacos e poderosos armando esquemas para colher os incautos que se precipitam. Corremos o risco de perder o bonde da história ou de nos espatifarmos agarrados às asas mitológicas de Ícaro. Dentre os mais vulneráveis estão os profissionais da segurança computacional. As reputações que calçam podem escorregar com um erro de avaliação, de abordagem, de perspectiva, de julgamento, ou mesmo de precisão comunicativa.

Ao abordar a segurança do processo eleitoral brasileiro de uma forma que destoa da palavra oficial, é natural que atraia cascas de bananas em minha direção. Acontece que o exercício da cidadania pode ter precedência ao desta profissão. Para quem assim prioriza, os riscos decorrentes têm que ser assumidos, como ensinou Sócrates ao enfrentar os sofistas. Assumo-os.

A palavra oficial reza que o voto im-

presso em algumas urnas eletrônicas, mais o teste da votação paralela em outras, fazem prova definitiva da inexistência de risco de adulteração de votos. Enquanto isto, várias entrevistas que já concedi a jornais e emissoras de TV, explicando porque não pode ser este o caso, sob as normas atuais, aguardam a manifestação do contraditório. Quase sempre, o TSE responde com silêncio.

E quando se digna, atira-nos cascas de banana. "Trata-se da síndrome da conspiração", disse seu presidente à Folha de S. Paulo, através de porta-voz. Seriam críticas sem fundamento, partindo de um pequeno grupo. Mesmo se incluíssemos todos os especialistas em segurança computacional do país, este grupo continuaria pequeno.

Já o outro grupo, o dos que decidem os detalhes cruciais do processo, é tão pequeno ou menor. Quanto à relação entre possibilidade conspiratória e tamanho de grupo, não seria ela mais forte, e inversa, com o grupo que decide? Cabe aqui lembrar: o que os críticos querem não é empurrar todos para o abismo da tecnofobia; é alertar sobre o outro abismo. Quem critica sabe que o voto eletrônico na forma atual é seguro. Só que seguro demais, casando duas proteções das quais só uma interessa ao eleitor.

Quem critica sabe que o voto eletrônico na forma atual é seguro. Só que seguro demais, casando duas proteções das quais só uma interessa ao eleitor

## Programa trapaceiro

Instalados *softwares* honestos nas urnas e juntas apuradoras, seguramente o processo de votação estará protegido contra fraudes de origem externa. Mas basta um programa trapaceiro nas urnas ou nas juntas apuradoras, como um que inverta um voto a cada 40 em eleição majoritária; por exemplo, para que tal fraude interna fique imune ao desbaratamento, mantido o bloqueio atual do TSE à fiscalização e à auditoria eficazes nos *softwares* e no processo. A panacéia anunciada do voto impresso é inócua, sob as condições atuais. Coincidindo a contagem dos votos paralelos em papel com a versão impressa do boletim de uma urna, esta poderá ou não coincidir com a versão eletrônica, que realmente conta.

Não há como o fiscal do eleitor verificar isso, hoje. E mesmo se pudesse verificar,

Se a informatização é para facilitar a votação e acelerar a apuração, por que os benefícios não alcançam a fiscalização?



não teria como saber se os boletins estão sendo somados corretamente na totalização. Os tribunais não divulgam parcelas totalizadas por urna, apenas por região.

**C**om software inaudível, só há um jeito de se detectar fraudes internas. Um partido teria que, em 48 horas, recolher cópia impressa de todos os boletins de urna (404 mil para presidente), somá-los, e convencer um juiz eleitoral que o erro não está na soma manual, mas, sim, num programa decretado honesto, que ninguém pode conhecer. Juiz cujo chefe se apressa em julgar tal exercício de cidadania como distúrbio psicológico, e cujos subordinados têm se negado muitas vezes a entregar cópia impressa do boletim a fiscais de partidos, com a complacência quase geral da grande mídia. Se a informatização é para facilitar a votação e acelerar a apuração, por que os benefícios não alcançam a fiscalização?

Em 29/05, um seminário inédito reuniu analistas, acadêmicos, jornalistas e políticos no espaço cultural da Câmara dos Deputados em Brasília, para debater esses assuntos. No mesmo dia, o presidente do TSE foi ao plenário anunciar que o laudo da Unicamp sobre o tema, entregue a ele cinco dias antes, comprova que o sistema de votação eletrônica atual é "robusto, seguro e confiável". O laudo só foi entregue aos presidentes Aécio Neves e Ramez Tebet, da Câmara Federal e do Senado, respectivamente.

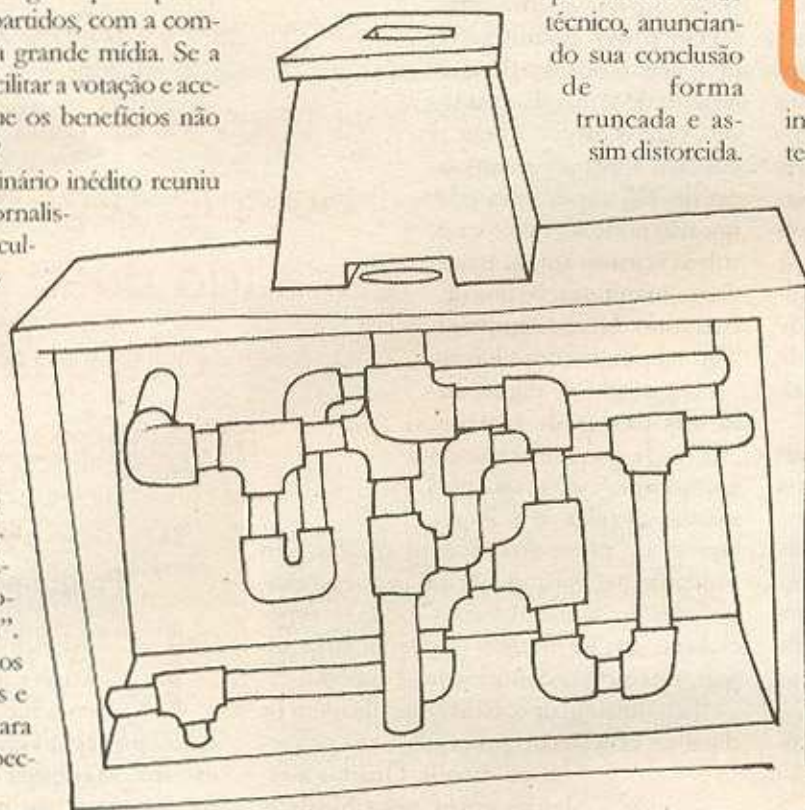
Aos jornalistas, só um *release*, que se dizia conter trechos conclusivos do laudo, e que serviu para lastrear a manchete de adjetivos nos telejornais e emudecê-los sobre o seminário. O Jornal Nacional chegou a notificar que o laudo recomenda sete medidas para melhorar a segurança do sistema, das quais o TSE já estaria adotando quatro. Boris Casoy e o Correio Braziliense nada falaram dessas recomendações corretivas, restringindo-se aos adjetivos.

Só a Folha de S. Paulo entrou em detalhes sobre as recomendações, dizendo que uma delas seria a eficácia da auditoria do *software*

pelos partidos. E só o jornal Globo mencionou o seminário. Intrigante. Se o sistema já é perfeito, por que precisaria ser melhorado? A segurança é uma corrente tão forte como seu elo mais fraco: se uma das sete medidas equivale a trancar as portas do fundo, basta ao crime organizado saber que não foi adotada para fazer sua festa. Adotar quatro das sete (na verdade, foram oito) medidas recomendadas não basta.

Não é a primeira vez que o Correio Braziliense solta matéria que parece pautada pela assessoria de imprensa do TSE, ignorando especialistas dele desvinculados que se dispõem a comentar sobre o tema. E não é a primeira vez que o TSE ignora a essência do

que diz um laudo técnico, anunciando sua conclusão de forma truncada e assim distorcida.



Isto já vem acontecendo com o processo de impugnação do cadastro eleitoral de Camaçari, por exemplo. No exercício do quarto poder, o da mídia, a preguiça, a superficialidade, o medo ou o servilismo em tema de tamanha importância são grandes perigos, como ilustram os acontecimentos recentes na Venezuela.

#### Questões sem respostas

Resta saber o que realmente diz o tal laudo, que custou ao contribuinte R\$ 400 mil, e

se a Unicamp desse laudo é a do Dr. Badan Palhares ou a do painel do Senado. Há, pelo menos, uma inconsistência grave em sua conclusão, destacada como fato pela matéria da própria Folha. Como pode o sistema atual garantir que "a contabilização dos votos introduzidos é feita corretamente", se a verificação de integridade dos programas entre confecção, compilação, replicação e inseminação não é pública, como recomenda que seja uma das oito medidas de "aprimoramento" propostas na mesma conclusão? No processo eleitoral, o público sequer sabe se e como tal verificação é executada pelo dono do sistema, incluídos no público os signatários do laudo.

**U**ma nova lei eleitoral, proposta ano passado no Senado, poria fim ao obscurantismo normativo que inviabiliza a fiscalização e auditoria do sistema. Mas esse mesmo presidente do TSE interferiu, pedindo apoio a emendas de sua lavra, que re-introduzia esse obscurantismo por via da anulação das garantias de transparência nela previstas. Dentre as anuladas, justamente a medida presumida e ao mesmo tempo recomendada na conclusão falha do relatório, que o TSE nunca adotou.

As emendas foram defendidas pelo então líder Hugo Napoleão, que instruiu a base governista a votar a favor. Quinze dias depois da aprovação do projeto, devidamente emendado para legitimar o obscurantismo do *status quo*, o nobre líder recebeu o governo do seu estado do TSE, cassado por crime eleitoral o governador eleito. Tal ato final não deixa de matizar o caso com certa ironia do destino: o Mão Santa caiu fora.

Certamente a tal síndrome não terá sua origem apenas na paranóia de alguns poucos palpiteiros. ■

\* Professor do Departamento de  
Ciência da Computação da  
Universidade de Brasília (UnB)  
29 de Março de 2002

Este artigo foi publicado,  
em parte, na coluna Segurança, Bits & Cia  
do *Jornal do Commercio*, de 30/05/02.



FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

# PROJETO DA LDO AVANÇA POUCO

O projeto das Diretrizes Orçamentárias para 2003 traz avanços, mas o debate real sobre a aplicação dos recursos e o atendimento às demandas sociais termina camuflado

A prefeitura carioca apresentou, em 15 de abril de 2002, o projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias para 2003. Muito pouco valorizada na cultura legislativa tupiniquim (e por extensão, pelo movimento popular), esta lei é, potencialmente, elemento central na definição de políticas públicas. É a tradução em lei do discurso político e sua elaboração poderá determinar quem será beneficiado com os recursos do Orçamento.

Seus objetivos constitucionais são: (1) explicitar as metas e prioridades da administração pública, (2) orientar a elaboração da lei orçamentária anual e (3) dispor sobre as alterações na legislação tributária incidentes sobre o próximo exercício. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determinou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) também viesse acompanhada de demonstrativos de metas fiscais e de detalhamento das metas das ações governamentais.

Verificamos, à luz desses objetivos, o projeto em questão.

Avaliamos que o item (1) não foi cumprido, pois, pelo artigo 2º é possível executar ações sem estarem listadas na própria LDO, isto é, “desprioriza” as prioridades (sic). Assim sendo, o debate sobre quais são as opções do governo Cesar Maia para enfrentar - ou não- as crescentes demandas sociais de nossa cidade fica camuflado. Apresentamos sugestão de emenda, resgatando o objetivo determinado pela Lei Maior.

Já quanto ao item (2), registramos avanços na quantidade de dados orçamentários e das metas físicas, motivados sobretudo pela LRF, entretanto, alguém do seria necessário para uma leitura clara e simplificada do Orçamento Público.

Para tanto, oferecemos dezenas de sugestões de emendas baseadas do projeto de Lei Complementar Federal nº 135/96, que “Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração, execução e controle dos planos, diretrizes, orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, de autoria da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, buscando:

- informações sobre a evolução das receitas e das despesas municipais;
- identificação de quem está sendo beneficiado ou prejudicado pela redução da receita através das isenções, incentivos etc.;
- evolução das despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, saúde e despesas de pessoal;
- informações sobre a evolução da dívida pública;
- identificação das entidades privadas beneficiadas por quaisquer recursos do Município;
- criação de relatório de avaliação de desempenho da ação governamental;
- restrição à abertura de créditos suplementares;

- aumento do acesso popular ao processo orçamentário;
- impossibilidade de execução da proposta e, sim, da Lei Orçamentária

## Conclusão

Em relação ao item (3), não há indicação de quais são os programas que serão reforçados ou prejudicados em função das possíveis alterações na legislação tributária. Logo, a transparência orçamentária fica comprometida. Sugestão de emenda nesse sentido também foi enviada à Câmara Municipal.

É digna de elogio a referência à participação popular na discussão orçamentária (art. 38), ainda que de forma incipiente. A conclusão é de que o atual Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias está melhor do que seus antecessores, porém, ainda muito longe de um verdadeiro instrumento de definição das políticas públicas. ■

**\* Na próxima edição, artigo sobre a recente deliberação da Comissão Executiva Provisória do Orçamento Participativo (OP), que trata da metodologia e dos critérios técnicos para a escolha dos projetos que vão integrar a Proposta Orçamentária de 2003.**

As matérias desta página são de autoria da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador, Daniela Faria, Eduardo Kaplan e Renato Elman.

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121  
Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: <http://www.economistas.com.br> - Lista de discussão: [forumrio@rits.com.br](mailto:forumrio@rits.com.br)  
As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ



PUBLICAÇÕES

# A CRISE ATUAL BRASILEIRA

CELSO FURTADO

EM BUSCA DE  
NOVO MODELO

Reflexões sobre a crise contemporânea



Celso Furtado faz uma análise do subdesenvolvimento e reflete sobre as raízes da crise brasileira, particularmente, a persistência da pobreza e de outras formas de exclusão social, e os problemas das economias que lideram o processo de globalização.

Partindo da evidência de que, durante o século que compreende a metade do XIX e a primeira do XX, o Brasil foi certamente uma das economias que mais cresceram, o professor constata que o País muito pouco se beneficiou desse crescimento, porque os frutos foram absorvidos pela minoria da população, empenhada em reproduzir as

formas de vida dos países ricos. O aumento da renda, que deveria ser orientado para as atividades reprodutivas, foi absorvido pela modernização dos padrões de vida de uma minoria privilegiada. O país não se desenvolveu, apenas se modernizou. Celso Furtado retoma a análise do processo histórico do subdesenvolvimento, cujo traço essencial – a concentração de renda – é cada vez mais visível em nosso país. ■

## EM BUSCA DE NOVO MODELO

Reflexões sobre a  
crise contemporânea

Autor: Celso Furtado

Editora: Paz e Terra (2002) - 102 pág.

Preço: R\$ 12,00

# TENDÊNCIAS NO NOVO SÉCULO



Por meio de uma pesquisa feita em mais de 500 empresas, os autores apresentam as tendências que devem ser focalizadas no século XXI, como a globalização da concorrência, a virtualização, o aumento da informalidade nas empresas, a valorização do indivíduo, entre outras.

Segundo Michael Porter, consultor e referência mundial em estratégia empresarial, no século XXI, as empresas que não tiverem uma visão clara de como ser diferentes e únicas serão devoradas pela concorrência. Pen-

sando nisso, os autores escreveram este livro destacando exemplos reais, muitos deles vivenciados em mais de 20 anos de consultoria prestada a empresas nacionais e multinacionais. ■

## CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS PARA VENCER!

Um método prático, objetivo e testado  
para o sucesso da sua empresa

Autores: Paulo de Vasconcelos

Filho e Dernizo Pagnoncelli

Editora: Campus (2001) - 370 pág.

Desconto de até 35%

Aproveite nossos convênios para adquirir livros das Editoras Campus, Cepal, FGV, Paz e Terra, Record.

## CORECON TERÁ CURSOS EM JULHO

O Conselho Regional de Economia promoverá, em julho, os cursos de *Introdução, análise e avaliação de projetos com uso do excel* e de *Introdução à análise e avaliação de empresas*. O primeiro acontecerá de 9 a 12 de julho e, o segundo, de 23 a 26. Na edição passada essas datas saíram incorretas, erro pelo qual pedimos desculpas.

Os cursos são acessíveis a todos os economistas em dia com suas anuidades e aos estudantes credenciados no Conselho. Será obedecido o critério de inscrições dos registros mais antigos, no caso de excederem o número de vagas existentes.

Por atraso na entrega dos Correios da última edição do Jornal dos

Economistas, o curso *Cenários econômicos aplicados ao planejamento estratégico* não foi realizado. A nova data será em breve informada e as inscrições podem ser feitas através da página dos economistas, na internet.

VISITE NOSSA PÁGINA

[www.economistas.com.br](http://www.economistas.com.br)